



Ofício nº 069/2021secp

Brasília, 9 de junho de 2021.

1

A Sua Excelência o Senhor

Conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Coordenador do Fórum de Discussão Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Brasília – DF

Assunto: apresenta estudo referente à política salarial dos servidores do Poder Judiciário da União abordando as perdas inflacionárias, reajuste e possibilidades.

Senhor Conselheiro,

A Fenajufe – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, entidade sindical de grau superior que congrega 26 (vinte e seis) sindicatos filiados em todo território nacional, legítima representante sindical dos servidores do PJU e MPU, com fundamento no artigo 8º, III, da Constituição da República e Registro Sindical deferido Processo nº 19964.106120/2021-92 (SC21006), vem apresentar a Vossa Excelência estudo referente à política salarial dos servidores do Poder Judiciário da União abordando as perdas inflacionárias, reajuste e possibilidades.

I – Perdas inflacionárias e possibilidades de reajuste

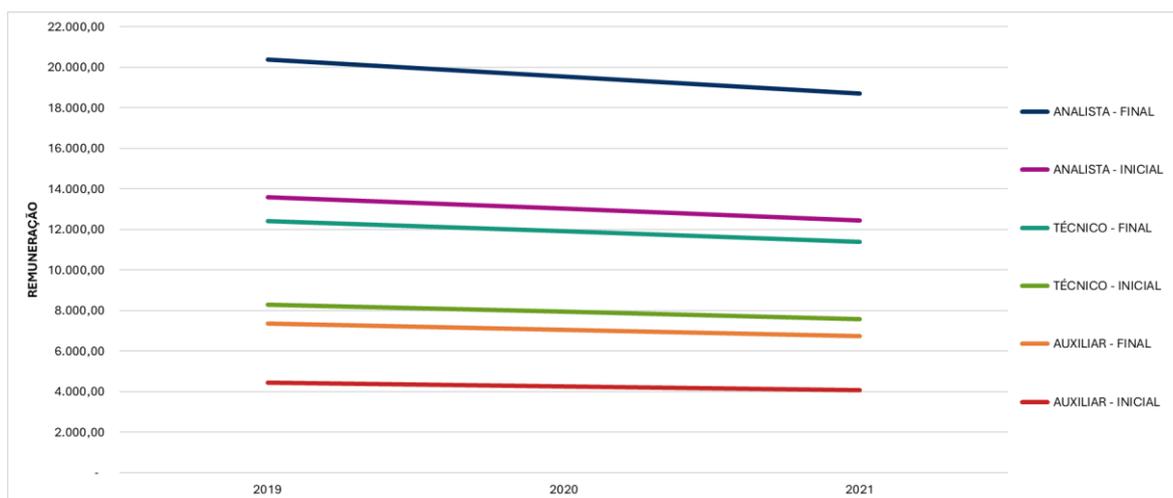
A evolução remuneratória dos servidores do Poder Judiciário vem-se dando, desde 1996, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, com vistas a reduzir as perdas salariais acumuladas desde 1990, assim como assegurar uma aproximação ou equiparação com carreiras do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União.



Essa trajetória, cuja “etapa” mais recente foi a aprovação da Lei nº 13.317, para os servidores do Poder Judiciário, de 20 de julho de 2016, envolveu sucessivas reestruturações de carreira e remuneratórias, com a implementação de novas tabelas de vencimento e a elevação de percentuais da Gratificação Judiciária - GAJ, além da criação de um Adicional de Qualificação, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em ações de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, pelos servidores, incentivando a sua qualificação, e de gratificações específicas para os servidores que executam atividades diferenciadas, como a Gratificação de Atividade de Segurança, para os que exercem funções de segurança e estejam em efetivo exercício em órgão ou unidade de segurança institucional, e a Gratificação de Atividade Externa – GAE, devida aos servidores do Poder Judiciário enquadrados na especialidade de Oficial de Justiça Avaliador Federal.

Contudo, desde a implementação da sua última etapa, em janeiro de 2019, as remunerações dos cargos de Auxiliar, Técnico e Analista do Poder Judiciário, e corrigidas em seus valores vigentes, em janeiro de cada ano, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA, que é o índice oficial de inflação medido pelo IBGE, apresentaram a seguinte evolução:

Figura 1 - SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO – EVOLUÇÃO REMUNERATÓRIA 2019-2021 (IPCA)



FONTE: LEGISLAÇÃO FEDERAL. ELABORAÇÃO NOSSA. VALORES NÃO INCLUEM GAS, GAE E SIMILARES E VANTAGENS PESSOAIS.

Como pode ser observado, entre 2019 e 2021, houve expressiva perda do poder



aquisitivo das remunerações, reduzindo substancialmente o efeito da aprovação da Lei nº 13.317, de 2015, que propiciou a recuperação de perdas anteriores e ligeiro ganho real, até janeiro de 2019, quando foi implementada a última parcela do reajuste então concedido.

Desde então observa-se que, em relação aos valores alcançados por aqueles reajustes, as perdas acumuladas, **até janeiro de 2021**, já alcançavam **9,02%**, ou seja, **apenas para que fosse preservada a irredutibilidade salarial frente à inflação**, deveria **ter sido concedida**, em janeiro de 2021, **revisão geral da ordem de 9,02%**.

Na ausência de cumprimento do disposto no art. 37, X da Constituição, que assegura a revisão geral anual, com o fim de preservar a expressão monetária dos vencimentos e subsídios dos servidores e agentes públicos, observa-se não apenas a *consolidação* dessas perdas, mas o seu agravamento.

A inflação medida pelo IPCA, observada no período de maio de 2020 a abril de 2021, já atinge 6,76%. A meta de inflação estabelecida pelo Banco Central para o ano de 2021 é de 3,75%, com intervalo de tolerância até 1,5 p.p, podendo chegar, portanto, a 5,25%. Mas, na atual conjuntura, é bastante plausível que a inflação se situe no limite superior da meta. Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, o cenário base considerado para o ano de 2021 é de que a inflação se situe em 5,1%¹, mas há fatores que poderão elevar essa inflação para acima de 8% ao longo do ano².

Caso se confirme a perspectiva de inflação de **5,25%** em 2021 (limite superior da meta do BACEN), as perdas acumuladas, desde janeiro de 2019, data da concessão do último reajuste para os servidores do Poder Judiciário, **atingirão 14,74%**

Ou seja, para a recomposição do poder aquisitivo acumulado desde janeiro de 2019, seria necessário **em janeiro de 2022** um reajuste *linear* de **14,74%** para todos os servidores do Poder Judiciário³.

¹ IFI/Senado Federal. Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 52, de 17 de maio de 2021.

² <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/29/com-crise-hidrica-ipca-deve-terminar-2021-acima-do-teto-da-meta.ghtml>

³ Deve ser lembrado, ainda, o fato de que grande parte dos servidores públicos federais do Poder Executivo não tem reajustes em seus vencimentos desde janeiro de 2017. Para esses servidores a perda salarial acumulada até janeiro de 2021 já atingiu 16,43% e, considerada a estimativa de inflação para 2021, alcançará 22,55% em janeiro de 2022.



Contudo, a correção a ser adotada por meio de *reestruturação remuneratória* não pode ser adotada por meio de *correção linear por meio de índice inflacionário*, sob pena de ofensa ao art. 37, X, que requer a revisão geral *sem distinção de índices*, mas de caráter geral para todos os servidores federais, e de iniciativa do Chefe do Executivo.

Dessa forma, a referida recomposição deverá ser buscada pela via de *reestruturação remuneratória*, cujo resultado deverá contemplar recomposição de, no mínimo, **14,74%**, mas tomando em conta o paradigma remuneratória a ser definido.

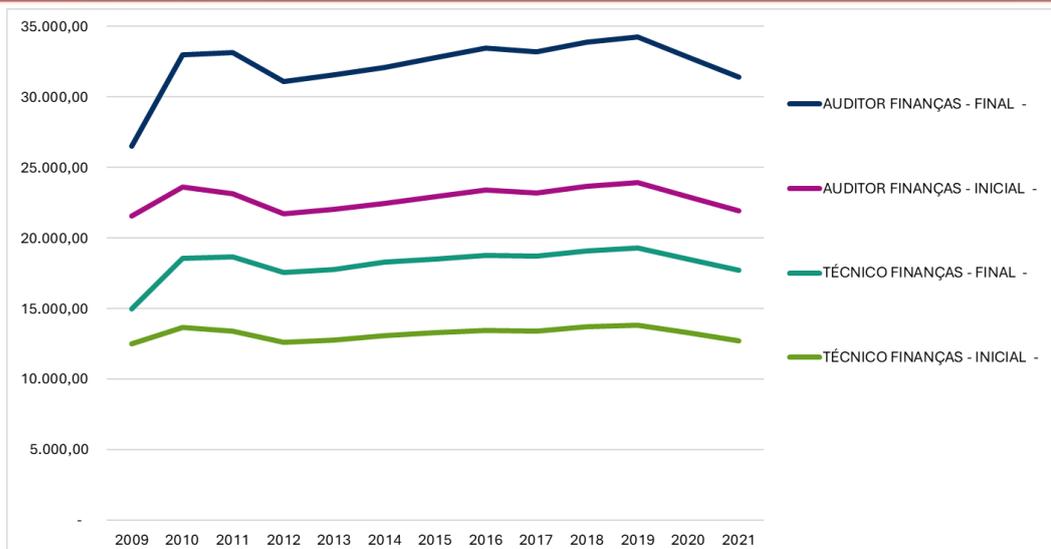
II – Remunerações comparadas

Segundo o art. 73, § 3º da Constituição, aos Ministros do Tribunal de Contas da União são asseguradas as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Assim, embora o TCU não seja órgão do Poder Judiciário, considera-se que a estrutura da Corte de Contas e suas responsabilidades, podem ser considerados comparável à dos órgãos do Poder Judiciário, com vistas à garantia de uma remuneração que atenda ao disposto no art. 39, § 1º da Constituição.

E, ao longo do período 1996 a 2016, a busca dessa aproximação ou equiparação retributiva, reconhecida para os Ministros do TCU em relação aos Ministros do STJ pelo art. 73, § 3º da Constituição, sempre esteve presente, embora não tenha sido alcançada em sua plenitude. A título exemplificativo, quando da apreciação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 5.314, de 2001, adotou-se como parâmetro valores correspondentes a 93% da retribuição devida aos servidores do Tribunal de contas da União.

Verifica-se que, no âmbito do Tribunal de Contas da União, os cargos de Auditor e Técnico de Finanças e Controle obtiveram expressiva melhoria remuneratória até 2010 e, embora tenham tido perdas entre 2011 e 2012, obtiveram ganhos reais até 2019, e experimentam, desde então, a mesma ordem de perdas dos servidores do Judiciário:

Figura 2– AUDITORES E TÉCNICOS DO TCU – EVOLUÇÃO REMUNERATÓRIA 2009-2021 (IPCA)



FONTES: LEGISLAÇÃO FEDERAL. ELABORAÇÃO NOSSA.

Mas mesmo em relação a outras carreiras e cargos do serviço público federal, os servidores do Poder Judiciário acham-se em desvantagem. Em termos comparativos, tem-se a seguinte situação em valores correntes de janeiro de 2021:

Tabela 1 - Remunerações e Finais em R\$ – Cargos Efetivos Federais (jan 2021)

| CARGO | REM. MENSAL | |
|-------------------------------------|-------------|-----------|
| | INICIAL | FINAL |
| NÍVEL SUPERIOR | | |
| ANALISTA JUDICIÁRIO | 12.455,30 | 18.701,52 |
| ANALISTA LEGISLATIVO - CD | 25.299,49 | 31.536,03 |
| AUDITOR TCU | 21.947,82 | 31.428,91 |
| AUDITOR FISCAL - RECEITA FEDERAL | 22.529,09 | 30.303,62 |
| ANALISTA LEGISLATIVO - SF | 25.897,76 | 29.351,82 |
| AUDITOR FEDERAL CGU | 19.197,06 | 27.369,67 |
| OFICIAL INTEL. ABIN | 16.620,46 | 23.595,39 |
| AUDITOR FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO | 14.857,71 | 20.376,34 |
| NÍVEL MÉDIO | | |
| TÉCNICO JUDICIÁRIO | 7.591,37 | 11.398,39 |
| TÉCNICO TCU | 12.697,54 | 17.698,39 |
| TÉCNICO LEGISLATIVO - SF | 19.427,79 | 23.260,88 |
| TÉCNICO LEGISLATIVO - CD | 16.460,29 | 24.475,93 |
| TÉCNICO CGU | 7.283,31 | 12.514,58 |
| NÍVEL AUXILIAR | | |
| AUX. JUDICIÁRIO | 4.065,79 | 6.750,55 |
| AUX. LEGISLATIVO - SF | 14.382,79 | 20.253,69 |
| AUX. CONTROLE EXTERNO - TCU | 7.502,30 | 9.673,95 |



FONTE: TABELAS DE REMUNERAÇÃO DOS RESPECTIVOS PODERES. ELABORAÇÃO NOSSA.

Como pode ser observado, a remuneração final dos servidores de nível superior do Poder Judiciário corresponde a apenas 60% da atribuída aos do TCU e da Câmara dos Deputados, a 64% da atribuída aos Analistas Legislativos do Senado Federal, e a 68% dos Auditores da Controladoria Geral da União. No caso dos Técnicos Judiciário, de nível médio, essas defasagens são, em geral, um pouco inferiores, embora ainda expressivas, e correspondem a 49% das fixadas para os Técnicos Legislativos do Senado, e a 64% das fixadas para os Técnicos de Finanças do TCU.

Dessa forma, a reposição das perdas inflacionárias, que já atingiram pelo menos **9,02%** segundo a variação do IPCA até janeiro de 2021, e atingirão pelo menos **14,74% em janeiro de 2022 para os servidores do Poder Judiciário** e do Poder Legislativo, e parte dos servidores do Poder Executivo, **demandam reposição**, seja pela via da revisão geral, seja pela via de reestruturação remuneratória.

III – Limites fiscais e possibilidades

A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, instituiu o “Novo Regime Fiscal”, e, na forma do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu um “teto” de despesas, a ser observado por cada órgão e Poder, a partir de 2017 até o ano de 2036.

Esse teto corresponde ao valor da despesa executada em 2016, corrigida a partir de 2017 em 7,2% e, a partir de 2018, pela variação acumulada do IPCA para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

Nos termos dessa regra, a evolução do teto de despesas por órgão e Poder no âmbito do Judiciário é o a seguir demonstrado:

Tabela 2 – Evolução do Limite de Despesas por órgão – Poder Judiciário - R\$ milhões (2016-2021)

| ORGÃO | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| JUSTIÇA DO TRABALHO | 16.020,82 | 17.530,06 | 18.479,72 | 19.816,16 | 18.998,26 | 19.495,00 |
| JUSTIÇA FEDERAL | 9.397,86 | 10.030,03 | 10.446,45 | 11.236,85 | 10.995,65 | 11.453,83 |
| JUSTIÇA ELEITORAL | 6.192,72 | 6.324,92 | 6.770,25 | 7.235,82 | 7.103,60 | 7.535,63 |
| JUSTIÇA DF E TERR. | 2.263,31 | 2.413,15 | 2.469,73 | 2.667,17 | 2.679,20 | 2.754,11 |
| STJ | 1.273,89 | 1.265,18 | 1.357,33 | 1.423,12 | 1.429,18 | 1.550,10 |
| STF | 541,97 | 569,88 | 598,27 | 693,74 | 629,32 | 659,50 |

**FENAJUFE**

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

| | | | | | | |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| JUSTIÇA MILITAR | 457,89 | 463,39 | 507,25 | 534,03 | 526,65 | 557,18 |
| CNJ | 165,53 | 118,20 | 159,72 | 194,39 | 197,22 | 201,42 |

FONTE: [HTTPS://WWW.TESOUROTRANSPARENTE.GOV.BR/VISUALIZACAO/PAINEL-DO-TETO-DE-GASTOS](https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-do-teto-de-gastos)

Apesar de tais limites, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2021 consigna dotações totais superiores ao que a Secretaria do Tesouro Nacional informa como *teto de despesas*.

Segundo a LOA aprovada pelo Congresso, em 2021 as dotações autorizadas para os órgãos do Poder Judiciário e CNJ são as seguintes:

Tabela 3 – Dotações Autorizadas por Grupo de Natureza de Despesa - Poder Judiciário e MPU em R\$ milhões – 2021

| ORGÃO | PESSOAL | CUSTEIO | INVEST/INV FIN | TOTAL |
|----------------------------|------------------|-----------------|-------------------|------------------|
| JUSTIÇA DO TRABALHO | 19.188,07 | 2.497,78 | 113,71 | 21.799,56 |
| JUSTIÇA FEDERAL | 10.947,51 | 1.864,12 | 144,71 | 12.956,34 |
| JUSTIÇA ELEITORAL | 5.807,24 | 2.495,55 | 1.169,25 | 9.472,04 |
| JUSTIÇA DF E TERR. | 2.618,58 | 444,69 | 24,30 | 3.087,56 |
| STJ | 1.255,63 | 388,31 | 40,43 | 1.684,38 |
| STF | 504,43 | 207,84 | 0,19 | 712,46 |
| JUSTIÇA MILITAR | 483,15 | 106,83 | 7,95 | 597,94 |
| CNJ | 88,31 | 119,75 | 3,40 | 211,46 |
| TOTAL | 40.892,91 | 8.124,88 | 1.503,94 | 50.521,74 |

FONTE: CONOF/CD – AUTÓGRAFOS DA LOA 2021.

Considerando-se que o *teto de despesas* a ser estabelecido para 2022 levará em conta a inflação total verificada entre **julho de 2020 e junho de 2021**, estima-se que o limite de gastos deverá ser **corrigido em cerca de 7%**, em vista de, como já apontado, até abril a inflação acumulada do IPCA já haver ultrapassado 6,7%. Com os riscos de elevação da inflação no primeiro semestre de 2021, portanto, o fator de reajuste do teto superará a inflação de 2021.

Confirmando essa perspectiva, o Anexo de Riscos Fiscais que acompanha o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022 (PLN 3/2021), estima que a elevação do teto de despesas será da ordem de 7,14%, totalizando os seguintes valores:

Tabela 4 – Teto de Despesas 2021 e Estimativa para 2022



(em R\$ milhões)

| PODER/ORGÃO | 2021 | 2022 ¹ |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| Poder Executivo | 1.421.604,10 | 1.523.106,64 |
| Poder Legislativo | 12.837,46 | 13.754,05 |
| Poder Judiciário | 44.188,84 | 47.343,92 |
| Defensoria Pública da União | 559,44 | 599,38 |
| Ministério Público da União | 6.746,60 | 7.228,31 |
| Total | 1.485.936,45 | 1.592.032,31 |

Fonte: Anexo de Riscos Fiscais - PLDO 2022.

Contudo, há outro fator relevante a ser considerado.

A Emenda Constitucional nº 109, de 2021, alterou o art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelecia, originalmente, regras a serem aplicadas no caso de **descumprimento do teto de despesas por órgão ou poder**, estabelecido pelo art. 107 do ADCT pela EC 95/2016.

Caso esse teto fosse superado, ficariam vedados, até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa, a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa, a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, a realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias, a criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, a criação de despesa obrigatória, a adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, e até mesmo a concessão da revisão geral prevista no inciso X do caput do art. 37 da Constituição Federal.

Todavia, a EC 109/21 alterou substancialmente esse dispositivo, estabelecendo, no caso da União, que essas vedações serão acionadas e aplicadas **ao respectivo Poder ou órgão até o final do exercício a que se refere a lei orçamentária**, no caso de ser verificado, **na aprovação dessa lei**, que, no âmbito das despesas sujeitas aos limites de despesas, **a proporção da despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total foi**



superior a 95%.

Ou seja, embora ainda vigore a limitação de despesas, de observância obrigatória, as vedações antes previstas serão aplicadas em função da relação entre *despesa obrigatória* e *despesa primária*.

Segundo dados da IFI/Senado Federal, em 2021, essa relação alcançará cerca de 92,3%⁴, ou seja, haveria “folga” de apenas 2,7 pontos percentuais para a elevação de despesas totais no âmbito da União.

Em 2022, segundo estimativas apresentadas pelo Ministério da Economia quando do encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022, a relação entre despesas obrigatórias e despesas primárias totais **atingirá 94%**, reduzindo a **1 p.p.** a “folga” financeira⁵.

A viabilidade de qualquer reajuste, portanto, dependerá da apuração, ao longo do segundo semestre de 2021, quando será apreciado o Projeto de Lei Orçamentária para 2022, da existência ou não dessa “folga”.

Para esse fim, será decisivo o que vier a ser incorporado ao Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2022, a ser enviado ao Congresso em agosto do ano em curso, ocasião em que a Comissão Mista de Orçamentos examinará a composição das despesas e, mesmo não sendo ultrapassado o *teto de despesas* por Poder e órgão, se a proporção entre *despesa obrigatória* e *despesa primária total* estará **abaixo de 95%**.

Caso as estimativas de despesa submetidas ao Congresso estabeleçam despesas primárias, já impactadas por reajustes ou reestruturações de carreira, ficará **vedada a concessão desses reajustes**, ainda que a título de revisão geral, caso ainda pendentes de aprovação legislativa.

Não obstante, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022 **não prevê vedação** a que sejam encaminhados ao Congresso projetos de lei com essa finalidade.

⁴ IFI. Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 52 – Maio de 2021, p. 32. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589004/RAF52_MAI2021.pdf

⁵ MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA/SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. Apresentação PLDO 2022. 15 de abril de 2022.



Segundo o art. 108 do PLN 3/2021:

“Art. 108. Para atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observados as disposições do inciso I do referido parágrafo, os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e as condições estabelecidas no art. 105 desta Lei, ficam autorizados:

I - a criação de cargos, funções e gratificações por meio de transformação de cargos, funções e gratificações que, justificadamente, não implique aumento de despesa;

*II - o provimento em cargos efetivos e empregos, funções, gratificações ou cargos em comissão vagos, que estavam ocupados no mês a que se refere o **caput** do art. 101 e cujas vacâncias não tenham resultado em pagamento de proventos de aposentadoria ou pensão por morte;*

III - a contratação de pessoal por tempo determinado, quando caracterizar substituição de servidores e empregados públicos, desde que comprovada a disponibilidade orçamentária;

IV - a criação de cargos, funções e gratificações, o provimento de civis ou militares, o aumento de despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estrutura de carreiras, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários para o exercício e para a despesa anualizada constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2022, cujos valores deverão constar de programação orçamentária específica e ser compatíveis com os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, não abrangidos nos incisos I ao III;

V - a reestruturação de carreiras que não implique aumento de despesa;

VI - o provimento em cargos em comissão, funções e gratificações existentes, desde que comprovada disponibilidade orçamentária; e

*VII - a revisão geral anual de que trata o inciso X do **caput** do art. 37 da Constituição, observado o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997.*

.....”

Destaca-se, nesse dispositivo, a autorização contida no seu inciso IV, que permite “o aumento de despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estrutura de carreiras”. Contudo, a despesa decorrente dessas medidas deverá observar os limites de despesas constantes de **anexo específico da Lei Orçamentária de 2022**, cujos valores deverão constar de programação orçamentária específica, observado, ainda, além do teto de despesas fixado pelo art. 107 do ADCT, por órgão e poder, o limite de despesas com pessoal fixado na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

O inciso V, note-se, permite a reestruturação de carreiras **que não implique aumento da despesa**; nesse caso, **não se aplica** o disposto no inciso IV, por não implicar em gasto



adicional. E qualquer reestruturação que implique *aumento da despesa* estará, por outro lado, contemplada pela autorização do inciso IV, desde que observada a previsão orçamentária ali prevista.

Finalmente, o inciso VII autoriza a “revisão geral anual”, observado, porém, o disposto na Lei Eleitoral, que veda, no seu art. 73, VIII, que seja feita, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 180 dias antes da eleição até a posse dos eleitos em 1º de janeiro do ano seguinte.

Sobre o ponto, assim se manifestou o Tribunal Superior Eleitoral:

“Revisão geral de remuneração de servidores públicos. Circunscrição do pleito. Art. 73, inciso VIII, da Lei no 9.504/97. Perda do poder aquisitivo. Recomposição. Projeto de lei. Encaminhamento. Aprovação. 1. O ato de revisão geral de remuneração dos servidores públicos, a que se refere o art. 73, inciso VIII, da Lei no 9.504/97, tem natureza legislativa, em face da exigência contida no texto constitucional. 2. O encaminhamento de projeto de lei de revisão geral de remuneração de servidores públicos que exceda à mera recomposição da perda do poder aquisitivo sofre expressa limitação do art. 73, inciso VIII, da Lei no 9.504/97, na circunscrição do pleito, não podendo ocorrer a partir do dia 9 de abril de 2002 até a posse dos eleitos, conforme dispõe a Res.-TSE no 20.890, de 9.10.2001. 3. A aprovação do projeto de lei que tiver sido encaminhado antes do período vedado pela Lei Eleitoral não se encontra obstada, desde que se restrinja à mera recomposição do poder aquisitivo no ano eleitoral. 4. A revisão geral de remuneração deve ser entendida como sendo o aumento concedido em razão do poder aquisitivo da moeda e que não tem por objetivo corrigir situações de injustiça ou de necessidade de revalorização profissional de carreiras específicas.” (Res. nº 21.296, de 12.11.2002, Rel. Min. Fernando Neves).

“[...] 4. A aprovação de projeto de revisão geral da remuneração de servidores públicos até o dia 9 de abril do ano da eleição, desde que não exceda a recomposição da perda do poder aquisitivo, não caracteriza a conduta vedada prevista no inciso VIII do art. 73 da Lei das Eleições. [...]” (Ac. de 16.6.2014 no AgR-REspe nº 46179, Rel. Min. Henrique Neves da Silva.)

Corretamente, o TSE vem entendendo que a limitação temporal atinge, sobretudo, a proposição do reajuste ao Poder Legislativo, e não o ato de aprovação, pelo mesmo, ou a sua sanção pelo Presidente da República, quando aprovado, e identificou o escopo da “revisão geral”, de forma compatível com o conceito explicitado em julgamento, pelo STF, da Adin por Omissão nº 2.061⁶.

⁶ Em sua defesa naquela ADI por Omissão, a Advocacia-Geral da União alegou que “a revisão geral de remuneração a cada doze meses não é compulsória, mas vinculada à existência de real inflação”, reconhecendo, assim o nexo de causalidade inflação x reajuste. Já o voto do Relator, Ministro Ilmar Galvão, ressaltava esse nexo referindo-se a voto por ele proferido no MS 22.439, Relator Min. Maurício Correa, abordando o alcance do art. 37,



Assim, caso o Chefe do Executivo haja submetido ao Legislativo **antes** do prazo estabelecido projeto de lei concedendo revisão geral, independentemente do índice de reajuste, a sua sanção poderá ocorrer **após aquela data sem configurar** ofensa ao limite temporal e, portanto, à vedação da conduta.

No entanto, o dispositivo legal incorre em impropriedade ao limitar o reajuste, caso submetida proposta após o prazo limite, à inflação “ao longo do ano da eleição”, o que permite inferir que, concedendo, por exemplo, mediante edição de medida provisória ou encaminhamento ao Congresso de projeto de lei, revisão geral após o último dia do prazo legal, o Presidente da República somente poderia promover reajuste da ordem de, no máximo, **a inflação acumulada no período de um ano**, até a data limite.

Ou, se interpretada a limitação de forma ainda mais restritiva, **somente poderia ser concedida a inflação já ocorrida “ao longo do ano da eleição”**, mas até a data a partir da qual incide a vedação da conduta (ou seja, até **meados de abril**).

Assim, não estaria o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder a inflação acumulada *desde a revisão geral anterior*, mas a inflação *ocorrida de 1º de janeiro até meados de abril do ano em curso*, ou esta somada à *estimativa de inflação futura* a realizar-se *ao longo do ano da eleição*, o que gera um paradoxo, à luz do próprio conceito de revisão geral admitido constitucionalmente, que se refere à “reposição do poder aquisitivo”, conforme explicitado em julgamento, pelo STF, da ADI por Omissão nº 2.061. O conceito de “revisão geral” dirige-se, portanto, à *inflação passada – acumulada em sua totalidade, desde a revisão anterior* – mas, jamais, à *inflação futura*, o que impediria, por exemplo, a concessão de uma revisão geral que cobrisse a *meta inflacionária para o ano de 2022*, e não a perda inflacionária já consolidada...

Nesse ponto, o Tribunal Superior Eleitoral não tem sido claro em suas deliberações, limitando-se a reiterar o exposto na Lei Eleitoral:

“[...] Revisão geral da remuneração servidor público. Possibilidade desde que não exceda a recomposição da perda do poder aquisitivo (inciso VIII do art. 73 da Lei no 9.504/97)”. NE: Consulta sobre a possibilidade de recomposição das perdas

X da CF: “Na verdade, contém ele um imperativo lógico, pressuposto da apontada paridade de tratamento entre servidores civis e militares, consistente em que os vencimentos dos servidores em geral deverão ser periodicamente atualizados, em face da perda do poder aquisitivo da moeda”.



remuneratórias relativas aos últimos dois anos anteriores ao ano da eleição e sobre a possibilidade de recomposição salarial retroativa à data-base mesmo quando já ultrapassado o prazo limite previsto na legislação eleitoral.” (Res. nº 21812 na Cta nº 1086, de 8.6.2004, rel. Min. Luiz Carlos Madeira.)

Contudo, em alguns casos, a Justiça Eleitoral, tanto em nível de Tribunais Regionais Eleitorais, e no próprio Tribunal Superior Eleitoral, tem decidido que é “licita a revisão da remuneração, no ano das eleições, **quando destinada a afastar os efeitos da inflação do período – ano em curso**” (TSE - Processo Administrativo nº 19.590 – Classe 19a – Distrito Federal), como exemplifica a Resolução 22.317/2006:

“SUBSÍDIO — REVISÃO. Consoante dispõe o art. 73, inciso VIII, da Lei n. 9.504/97, é lícita a revisão da remuneração considerada a perda do poder aquisitivo da moeda no ano das eleições (TSE. Resolução n. 22.317/2006). (grifo nosso).

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo considerou infringir a vedação reajuste concedido após o prazo da Lei nº 9.504/97, em índice que superava a perda inflacionária havida ao longo do próprio ano de eleição (v. Acórdão nº 161.989). o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, nos Recursos Eleitorais nº 1.498/04 e 1.677/05, considerou **ilícita** a concessão de reajuste de 8,34% a servidores públicos municipais, no período vedado, quando os índices oficiais não ultrapassavam os 4%.

Contudo, em julgado recente, o TRE-SP, ao apreciar o RECURSO ELEITORAL nº 463-12.2016.6.26.0401, adotou a tese de que seria válido o encaminhamento de projeto de lei ao legislativo, ainda que após o início da data da vedação da conduta, contendo reajuste **relativo aos dozes meses anteriores**, ou seja, cobrindo período anterior ao do ano da eleição. Segundo o Voto do Relator,

“Ocorre que esse aumento não excedeu a recomposição da perda do poder aquisitivo ao longo do ano da eleição. Isso porque o INPC entre os meses de maio de 2015 e abril de 2016 foi de 11,25% (fonte: www.portalbrasil.net/inpc.htm) . Consequentemente, o índice de reajuste concedido aos servidores públicos municipais foi inferior ao índice de inflação registrada no ano anterior, o que importa dizer que não houve a recomposição completa da perda do poder aquisitivo. Logo, não ficou caracterizada a conduta vedada prescrita no inciso VIII do art. 73 da Lei nº 9.504/97. (RE - RECURSO nº 46312 - FERRAZ DE VASCONCELOS – SP - Acórdão de 22/02/2018. Relator Des. Marcus Elidius Michelli de Almeida Publicação: DJESP - Diário da Justiça Eletrônico do TRE-SP, Data 01/03/2018)

Já no que se refere a reestruturações remuneratórias setoriais, é pacífico o entendimento do TSE, quanto à não incidência de vedação da Lei Eleitoral, por não estar presente a *generalidade* do reajuste, como exemplifica o decidido no recente Acórdão de



14.3.2019 no AgR-REspe 39272, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto:

“[...] Conduta vedada. Art. 73, VII, da Lei das eleições. Revisão geral de remuneração de servidores públicos acima da recomposição do poder aquisitivo da moeda. [...] 1. In casu, a Corte Regional [...] assentou que o caso sub examine não trata de revisão geral de remuneração de servidores públicos acima da recomposição do poder aquisitivo da moeda, mas de aprovação, pela via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores com nítido objetivo de corrigir situação de injustiça e de desvalorização profissional de categorias específicas do Poder Executivo municipal. 2. Consta, ainda, do acórdão recorrido que: a) ‘as leis complementares, além de ter por objeto a reestruturação de carreira de determinadas categorias de servidores do município, não definem qualquer índice que tente recompor de maneira geral perdas próprias do processo inflacionário, fato que, a meu ver, afasta a incidência da vedação contida no inciso VIII, do art. 73, da Lei nº 9.504/97’ [...]; e b) ‘diante do conjunto fático-probatório constante nos autos, concluo que a conduta imputada aos ora Recorridos não se subsume à regra prescrita no inciso VIII, do art. 73, da Lei nº 9.504/97’ [...] 4. ‘A aprovação, pela via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores não se confunde com revisão geral de remuneração e, portanto, não encontra obstáculo na proibição contida no art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504, de 1997’ [...] 5. Nessa linha, a vantagem advinda com a reestruturação da carreira, concedida exclusivamente a categorias específicas, não pode ser considerada revisão geral de remuneração, não sendo prática ilícita coibida pela legislação eleitoral. 6. ‘No âmbito das chamadas condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas, cuja disciplina encontra-se inserta na Lei nº 9.504/97, arts. 73 a 78, imperam os princípios da tipicidade e da estrita legalidade, devendo a conduta corresponder exatamente ao tipo previamente definido pela lei’ [...]”
(Ac. de 14.3.2019 no AgR-REspe 39272, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto.) (grifo nosso).

Essa “revisão geral anual”, contudo, depende da apresentação de projeto de lei **de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo**, não podendo ser suprida por iniciativa parlamentar ou de outros Poderes da República.

Além disso, embora a Lei nº 10.331, de 2002, tenha estabelecido que as remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição, no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões, observadas como condições a autorização na lei de diretrizes orçamentárias, a definição do índice em lei específica, a previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual, a comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social, a compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho e o atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de



maio de 2000, esse direito não vem sendo respeitado, no plano federal, desde o ano de 2003.

Ademais, em 25.09.2019, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 565.089, Relator para o Acórdão o Min. Roberto Barroso, considerou, por 6 votos a 4, que

“O art. 37, X, da CF/1988 não estabelece um dever específico de que a remuneração dos servidores seja objeto de aumentos anuais, menos ainda em percentual que corresponda, obrigatoriamente, à inflação apurada no período. Isso não significa, porém, que a norma constitucional não tenha eficácia. Ela impõe ao Chefe do Poder Executivo o dever de se pronunciar, anualmente e de forma fundamentada, sobre a conveniência e possibilidade de reajuste ao funcionalismo.”

Na ocasião, a Corte fixou a tese de que

“O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso X do art. 37 da CF/1988, não gera direito subjetivo a indenização. Deve o Poder Executivo, no entanto, pronunciar-se de forma fundamentada acerca das razões pelas quais não propôs a revisão”.

Ademais, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao apreciar em 22.09.2020 o Recurso Extraordinário (RE) 843112, com repercussão geral (Tema 624), decidiu que o Poder Judiciário não tem competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos nem para fixar o respectivo índice de correção. Segundo o Acórdão:

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 624. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO GERAL ANUAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCEDE INJUNÇÃO PARA QUE O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ENVIE PROJETO DE LEI QUE PROMOVA A REVISÃO ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS. INVASÃO DO JUDICIÁRIO NA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA DE DEVER CONSTITUCIONAL DE RECOMPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA ANUAL DA REMUNERAÇÃO E SERVIDORES PÚBLICOS. PRECEDENTES. INAPLICABILIDADE DE SENTENÇA EXORTATIVA OU ADITIVA. ARTIGO 37, X, DA CRFB. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. 1. A revisão geral anual, estabelecida pelo artigo 37, X, da CRFB, deve ser interpretada em conjunto com os demais dispositivos constitucionais e os julgados antecedentes desta Corte, tendo em vista o caráter controvertido do direito sub judice e o princípio da concordância prática. 2. A Constituição Federal não pretendeu impedir reduções indiretas à remuneração dos servidores públicos, dentre as quais aquela que decorre da desvinculação pari passu do índice inflacionário, consoante exegese prestigiada por esta Corte. O direito à reposição do valor real por perdas inflacionárias foi afastado por este Plenário ao interpretar e aplicar a garantia da irredutibilidade de vencimentos, prevista no artigo 37, XV, da CRFB. Precedentes: ADI 2.075-MC, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJ de 27/6/2003; e RE 201.026, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ de 6/9/1996. 3. A Constituição não estabelece um dever específico de que a remuneração dos servidores seja objeto de aumentos anuais, menos ainda em percentual que corresponda, obrigatoriamente, à inflação apurada no período, embora do artigo 37, X, da Constituição decorra o dever de pronunciamento



*fundamentado a respeito da impossibilidade de reposição da remuneração dos servidores públicos em dado ano, com demonstração técnica embasada em dados fáticos da conjuntura econômica. Precedente: RE 565.089, Redator do acórdão Min. Roberto Barroso, Plenário, DJe de 28/4/2020, Tema 19 da Repercussão Geral. (...) 5. In casu, o papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos não permite a colmatação da lacuna por decisão judicial, porquanto não se depreende do artigo 37, X, da CRFB um significado inequívoco para a expressão “revisão geral”, dotada de baixa densidade normativa. A reposição das perdas inflacionárias não pode ser considerada “constitucionalmente obrigatória”, embora inegavelmente se insira na moldura normativa do direito tutelado, que atribuiu ao servidor público o direito a ter sua remuneração anualmente revista. 6. A delimitação das condições da concessão do direito constitucional pressupõe uma considerável expertise técnica e financeira, a exemplo do eventual parcelamento e da necessidade de se compatibilizar a revisão com restrições orçamentárias, ajustes fiscais subsequentes e eventual compensação frente a outras formas de aumento. Precedente: ADI 2.726, Plenário, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 29/8/2003. 7. A revisão remuneratória dos servidores públicos pressupõe iniciativa do Poder Executivo. Precedentes: ADI 3.599, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, DJ de 14/9/2007; e ADI 2.061, Rel. Min. Ilmar Galvão, Plenário, DJ de 29/6/2001. 8. A definição do índice cabe aos poderes políticos, em consonância com outras limitações constitucionais, máxime por prestigiar a expertise técnica desses poderes em gerir os cofres públicos e o funcionalismo estatal. As regras prudenciais e a relação entre as formas de aumento remuneratório revelam os elevados custos de erro da fixação do índice de revisão geral anual por quem não detém a expertise necessária (SUNSTEIN; VERMEULE. Interpretation and Institutions. Michigan Law Review, v. 101, p. 885, 2002. p. 38). 9. O princípio democrático impede a transferência do custo político ao Judiciário, porquanto o povo deposita nas urnas expectativas e responsabilidades, o que justifica a posterior prestação de contas dos poderes eleitos e impede que maiorias ocasionais furtem-se de obrigação imposta pelo constituinte. 10. A Lei federal 10.331/2001, assim como a Lei Complementar 592/2011 do Município do Leme, que regulamentam o artigo 37, X, da CRFB, estabelecendo condições e parâmetros para a revisão geral anual, não suprem a omissão, o que, conseqüentemente, revela sua insuficiência em tutelar a garantia constitucional que impõe manifestações anuais, não havendo que se cogitar de perda de objeto. 11. A omissão do Poder Executivo na apresentação de projeto de lei que preveja a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos configura mora que cabe ao Poder Judiciário declarar e determinar que se manifeste de forma fundamentada sobre a possibilidade de recomposição salarial ao funcionalismo. 13. In casu, o tribunal a quo, ao conceder a injunção “para determinar que o Prefeito do Município de Leme envie, no prazo máximo de trinta dias, projeto de lei que vise promover - a revisão anual dos vencimentos de todos os servidores públicos municipais”, exorbitou de suas competências constitucionais, imiscuindo-se em matéria de iniciativa do Poder Executivo, a quem cabe a autoadministração do funcionalismo público e a gestão de recursos orçamentários destinados a despesas de custeio com pessoal. 13. Recurso Extraordinário Provido para reformar o acórdão recorrido e, via de consequência, cassar a injunção concedida. **Tese de repercussão geral: O Poder Judiciário não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, tampouco para fixar o respectivo índice de correção.**” (RE 843112. STF - Tribunal Pleno – Relator Min. LUIZ FUX. Julgamento: 22/09/2020 - Publicação: 04/11/2020*

Com tais decisões, a Suprema Corte declarou, na prática, a **total inutilidade do disposto no art. 37, X** da Carta Magna, **que restou sem qualquer grau de efetividade ou de imperatividade**, reconhecendo, apenas, que ante a inexistência de lei concessiva da



revisão geral, cujo índice de reajuste compete apenas ao Poder Executivo definir e propor ao Poder Legislativo, e na dependência de haver disponibilidade financeira, o Poder Judiciário pode, tão somente, declarar a *mora legislativa*, sem, contudo, assegurar por tal meio a concretude do direito.

Dessa forma, o único meio hábil e eficaz para assegurar reajuste em 2022 para os servidores do Poder Judiciário, sem a dependência de iniciativa legislativa do Poder Executivo, é a apresentação, ao Congresso Nacional, pelo Poder Judiciário, de projeto de lei que preveja a **reestruturação remuneratória**, definindo novos valores de vencimento básico ou de gratificações, e que assegure valores mais próximos dos desejáveis, tendo em vista tanto a perda inflacionária já ocorrida e a ocorrer, como os paradigmas remuneratórios antes mencionados.

A alternativa a ser adotada, além de observar os demais limites de despesas totais, há de ser compatível com os limites de **despesas com pessoal** do Poder Judiciário.

Quanto ao limite de despesas com pessoal e encargos sociais fixado pelo art. 19 da LRF, que é de 50% para a União, e, desse total, cabem 40,9% para o Executivo (dos quais destacados 3% para as despesas do DF custeadas pela União, *inclusive o Tribunal de Justiça do DF e Territórios e o Ministério Público do DF e Territórios*), **6% para o Judiciário**, 2,5% para o Legislativo e 0,6% para o Ministério Público da União, observa-se que não há, em termos gerais, óbices que impeçam a concessão de reajuste em 2022.

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, no período de maio de 2020 a abril de 2021 a execução da despesa líquida de pessoal atingiu R\$ 232,18 bilhões, o que correspondeu a 30,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), ou seja, 80,5% do máximo permitido. Até o final do exercício, considerando a evolução da despesa, com os impactos previdenciários decorrentes de aposentadorias e pensões, e do aumento da despesa decorrente Lei n° 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que concedeu reajuste escalonado aos militares das Forças Armadas até o ano de 2023, mas também a elevação da receita corrente líquida, afetada sobretudo em 2020 em face da pandemia Covid-19 e do aumento de transferências da União a entes subnacionais, haverá condições de, sem ofensa ao limite prudencial da LRF (95% do limite máximo), ser ampliada a despesa com pessoal.



Também no Poder Judiciário, observa-se **a existência de folga** em relação ao limite máximo permitido pela LRF.

Considerando-se a despesa líquida com pessoal, por órgão, observa-se que, no total do Poder Judiciário Federal, a soma dos percentuais de comprometimento da RCL com despesas de pessoal atingiu, em 2020, **4,48%**, ou seja, **72,158% do limite máximo**. Embora alguns órgãos estejam ultrapassando o limite máximo permitido nos termos do § 1º do art. 19 da LRF, haveria, no total, a possibilidade da concessão de elevação da despesa total do Poder Judiciário em **36,68%**, o que, contudo, deve considerar também as necessidades de provimento de cargos efetivos, além dos efeitos de eventual reajuste do subsídio devido aos membros da Magistratura Federal.

A Tabela a seguir demonstra a situação, em 2020, por órgão do Poder Judiciário Federal:

Tabela 5 – Despesa de Pessoal Líquida do Poder Judiciário em R\$ e % da Receita Corrente Líquida (2020)

| ÓRGÃO | % LIMITE | EXECUTADO | % DO LIMITE | DESP. DE PESSOAL LIQ. |
|-------|----------|-----------|-------------|-----------------------|
| STF | 0,074% | 0,052% | 70,158% | 337.216.729,51 |
| STJ | 0,224% | 0,123% | 55,170% | 804.995.472,53 |
| TST | 0,207% | 0,090% | 43,283% | 583.933.660,62 |
| STM | 0,102% | 0,037% | 36,096% | 239.797.633,46 |
| TSE | 0,044% | 0,041% | 92,775% | 266.209.482,86 |

| ÓRGÃO | % LIMITE | EXECUTADO | % DO LIMITE | DESP. DE PESSOAL LIQ. |
|--------------------------|----------|-----------|-------------|-----------------------|
| CONSELHO DA JUST.FEDERAL | 0,025% | 0,009% | 36,919% | 59.303.129,39 |
| CONSELHO NAC. DE JUSTIÇA | 0,017% | 0,013% | 75,486% | 83.661.322,95 |

| ÓRGÃO | % LIMITE | EXECUTADO | % DO LIMITE | DESP. DE PESSOAL LIQ. |
|-------|----------|-----------|-------------|-----------------------|
| TRF 1 | 0,457% | 0,383% | 83,774% | 2.498.113.150,69 |
| TRF 2 | 0,257% | 0,216% | 84,094% | 1.407.744.316,98 |
| TRF 3 | 0,355% | 0,304% | 85,644% | 1.984.764.061,50 |
| TRF 4 | 0,306% | 0,266% | 86,817% | 1.731.017.268,61 |
| TRF 5 | 0,229% | 0,175% | 76,365% | 1.139.235.210,57 |

| ÓRGÃO | % LIMITE | EXECUTADO | % DO LIMITE | DESP. DE PESSOAL LIQ. |
|-------|----------|-----------|-------------|-----------------------|
| TRT 1 | 0,295% | 0,209% | 70,815% | 1.359.808.694,46 |
| TRT 2 | 0,366% | 0,286% | 78,140% | 1.865.261.028,50 |

**FENAJUFE**

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

| | | | | |
|--------|--------|--------|----------|------------------|
| TRT 3 | 0,261% | 0,182% | 69,571% | 1.183.638.417,45 |
| TRT 4 | 0,221% | 0,156% | 70,734% | 1.019.424.853,14 |
| TRT 5 | 0,185% | 0,114% | 61,477% | 740.131.386,08 |
| TRT 6 | 0,136% | 0,087% | 63,688% | 566.594.984,15 |
| TRT 7 | 0,069% | 0,046% | 66,211% | 299.613.504,27 |
| TRT 8 | 0,091% | 0,061% | 66,902% | 397.660.549,21 |
| TRT 9 | 0,150% | 0,116% | 77,211% | 756.923.511,09 |
| TRT 10 | 0,094% | 0,055% | 58,395% | 358.921.220,52 |
| TRT 11 | 0,066% | 0,044% | 66,448% | 286.004.895,68 |
| TRT 12 | 0,114% | 0,072% | 63,042% | 469.061.739,02 |
| TRT 13 | 0,068% | 0,048% | 71,716% | 315.959.942,62 |
| TRT 14 | 0,072% | 0,036% | 50,371% | 235.684.286,06 |
| TRT 15 | 0,255% | 0,172% | 67,514% | 1.123.247.119,60 |
| TRT 16 | 0,030% | 0,028% | 92,362% | 180.319.611,40 |
| TRT 17 | 0,049% | 0,038% | 76,052% | 244.523.006,65 |
| TRT 18 | 0,056% | 0,065% | 114,424% | 421.144.181,45 |
| TRT 19 | 0,043% | 0,028% | 64,653% | 180.694.374,01 |
| TRT 20 | 0,029% | 0,022% | 75,723% | 143.648.507,48 |
| TRT 21 | 0,044% | 0,032% | 73,218% | 210.472.905,17 |
| TRT 22 | 0,031% | 0,022% | 72,110% | 143.648.507,48 |
| TRT 23 | 0,049% | 0,040% | 81,954% | 262.954.161,37 |
| TRT 24 | 0,044% | 0,029% | 64,985% | 188.124.498,76 |

19

| ÓRGÃO | % LIMITE | EXECUTADO | % DO LIMITE | DESP. DE PESSOAL LIQ. | | |
|--------------|----------|--------------|---------------|-----------------------|----------------|--------------------------|
| TRE-AP | 0,008% | 0,006% | 78,819% | 40.183.387,36 | | |
| TRE-AM | 0,017% | 0,016% | 94,969% | 103.180.015,08 | | |
| TRE-BA | 0,055% | 0,043% | 79,224% | 283.061.559,84 | | |
| TRE-CE | 0,046% | 0,030% | 65,430% | 195.904.747,60 | | |
| TRE-DF | 0,024% | 0,010% | 41,930% | 64.411.345,37 | | |
| TRE-ES | 0,018% | 0,016% | 87,128% | 102.846.346,87 | | |
| TRE-AL | 0,017% | 0,015% | 87,329% | 94.976.556,51 | | |
| TRE-AC | 0,008% | 0,006% | 71,890% | 39.547.229,65 | | |
| TRE-GO | 0,023% | 0,024% | 103,484% | 157.586.887,34 | | |
| TRE-MA | 0,028% | 0,024% | 85,754% | 155.643.693,15 | | |
| TRE-MT | 0,018% | 0,015% | 79,373% | 95.498.619,06 | | |
| TRE-MS | 0,016% | 0,013% | 82,845% | 87.323.337,23 | | |
| TRE-MG | 0,076% | 0,077% | 101,350% | 501.999.770,01 | | |
| TRE-PA | 0,027% | 0,023% | 86,929% | 151.826.688,73 | | |
| TRE-PB | 0,022% | 0,019% | 85,787% | 124.597.668,63 | | |
| TRE-PR | 0,042% | 0,040% | 95,862% | 262.022.877,87 | | |
| TRE-PE | 0,044% | 0,033% | 74,976% | 213.953.768,92 | | |
| TRE-PI | 0,027% | 0,020% | 75,890% | 131.472.293,54 | | |
| TRE-RJ | 0,104% | 0,055% | 52,274% | 355.988.222,46 | | |
| TRE-RN | 0,025% | 0,017% | 71,022% | 113.649.741,16 | | |
| TRE-RO | 0,012% | 0,010% | 79,475% | 64.657.282,91 | | |
| TRE-RR | 0,007% | 0,007% | 93,519% | 45.037.708,90 | | |
| TRE-RS | 0,045% | 0,037% | 82,349% | 240.324.476,82 | | |
| TRE-SC | 0,035% | 0,023% | 65,919% | 149.678.428,78 | | |
| TRE-SE | 0,014% | 0,011% | 79,227% | 73.046.019,15 | | |
| TRE-SP | 0,109% | 0,090% | 82,523% | 587.816.319,31 | | |
| TRE-TO | 0,012% | 0,011% | 86,125% | 69.797.964,19 | | |
| TOTAL | - | PODER | 5,995% | 4,386% | 73,158% | 28.595.490.281,73 |

**JUDICIÁRIO**

FONTE: RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE DE 2020. ELABORAÇÃO NOSSA.

No caso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, suas despesas **não são computadas para fins do limite do Poder Judiciário Federal**. Contudo, as despesas em 2020 podem ser assim resumidas:

| ÓRGÃO | % LIMITE | EXECUTADO | % DO LIMITE | DESP. DE PESSOAL LIQ. |
|-------|----------|-----------|-------------|-----------------------|
| TJDFT | 0,399% | 0,313% | 78,381% | 2.038.887.813,20 |

FONTE: TJDFT - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE DE 2020. ELABORAÇÃO NOSSA.

Por fim, é preciso ainda destacar o fato de que, diversamente do que ocorria até 2020, não é mais possível que Lei aprovada no último ano de mandato de Chefes de Poder possa ter sua implementação ao longo do mandato subsequente.

A Lei Complementar nº 173, de 27 de março de 2020, alterou o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos seguintes termos:

“Art. 21. É nulo de pleno direito:

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando:

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV:



I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e

II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória.” (NR)

Assim, não será possível que eventual lei que promova reestruturação remuneratória em qualquer dos Poderes tenha parcelas a serem implementadas em períodos posteriores a 2022, ou seja, observadas as demais limitações fiscais e orçamentárias, o reajuste a ser concedido pela eventual lei a ser editada deverá ser **implementado integralmente no exercício de 2022**.

IV – Prazos e Tramitação

O prazo fundamental a ser observado para que seja cumprido o disposto no art. 108 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, considerando-se o texto do PLN 3/2021 em tramitação no Congresso Nacional, é o estabelecido no art. 35, § 2º, III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, **31 de agosto**.

Isso porque, para que seja contemplada o disposto no inciso IV do art. 108 do PLN 3/2021, o aumento de despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estrutura de carreiras deverá observar “o montante das quantidades e dos limites orçamentários para o exercício e para a despesa anualizada constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2022, cujos valores deverão constar de programação orçamentária específica e ser compatíveis com os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, não abrangidos nos incisos I ao III”.

Dadas as limitações ao poder de emenda parlamentar no processo orçamentário, caso essas dotações não estejam previstas e consignadas no PLOA a ser enviado ao Congresso, se tornará bastante problemática a solução de eventual omissão dos valores a serem destinados ao custeio de proposição legislativa com a finalidade da concessão de reajustes.



Embora não haja limitação da mesma ordem, na hipótese de *revisão geral*, a dotação para esse fim também deverá estar previamente estimada e contida no PLOA, mas, como já alertamos, a iniciativa para essa revisão é privativa do Poder Executivo.

Ainda que não haja, como ocorria até o ano de 2017, a exigência de que, para atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, o aumento da despesa com pessoal deve observar os limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2018, no qual somente poderiam ser incorporados os valores decorrentes de proposição legislativa cuja tramitação houvesse sido iniciada no Congresso Nacional **até 31 de agosto**, o efeito é o mesmo, posto que a data (31 de agosto) coincide com a do envio do PLOA ao Congresso.

Mas, para que esse calendário seja observado, será necessário que os órgãos do Poder Judiciário encaminhem à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, **até 13 de agosto de 2021**, suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, as quais deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça, a ser encaminhado à Comissão Mista de Orçamentos do Congresso Nacional, dispensado esse parecer, apenas, no caso do Supremo Tribunal Federal e do próprio CNJ.

Para que tal prazo seja observado, é mister que, até lá, os Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores estejam de acordo com o teor de proposição legislativa a ser encaminhada conjuntamente ao Congresso Nacional, nos termos do inciso II, “b” do art. 96 da Constituição, e que tal proposição seja, efetivamente, acompanhada das necessárias estimativas de impacto financeiro no exercício a partir do qual será implementada e nos dois subsequentes, bem assim das respectivas memórias de cálculo.

Assim, de forma resumida:

- a) Definição de alternativa a ser adotada para reestruturação de carreira, elaboração de anteprojeto de lei e estimativas de impacto financeiro: **imediate a 13.08.2021**
- b) Encaminhamento pelos órgãos do Poder Judiciário e CNJ ao Ministério da Economia/SEF/SOF da proposta orçamentária para 2022 com a inclusão das



estimativas orçamentárias e financeiras da proposta de reajuste no **PLOA 2022**: até **13.08.2021**

c) Encaminhamento pelos Presidentes do STF e Tribunais Superiores de projeto de lei ao Congresso Nacional: preferencialmente até **31.08.2021**.

d) Aprovação do projeto de lei:

D1. Para efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022: **22 de dezembro de 2021 (encerramento da atual sessão legislativa)**.

D2. Para efeitos a partir da data da vigência: **sem prazo definido**.

Assim, cumpridas as etapas prévias, será fundamental que a proposição a ser encaminhada ao Congresso seja apreciada tempestivamente, a fim de que seus efeitos financeiros sejam assegurados a partir de janeiro de 2022; caso contrário, ainda que sua apreciação não sofra óbices da Lei Eleitoral ou da própria LRF ou do art. 107 ou 109 do ADCT, e mesmo que a dotação necessária esteja consignada na Lei Orçamentária, ela não poderá conter dispositivo que crie ou aumente despesa com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à sua plena eficácia.

Além disso, é necessária, nos termos do art. 107, II do PLN 3/2021, a inclusão de “cláusula suspensiva de sua eficácia até constar autorização em anexo específico à Lei Orçamentária, correspondente ao exercício em que entrarem em vigor”, sendo vedada a realização da despesa “enquanto não for publicada a Lei Orçamentária com a autorização e a dotação suficiente.”

Dados os impactos fiscais elevados, a impossibilidade de que o reajuste a ser definido seja implementado de forma progressiva (em parcelas anuais), e o reduzido limite para a ampliação das despesas obrigatórias em 2022, uma alternativa mais realista e prudente, com efeitos imediatos, seria a **reestruturação remuneratória, por meio de alteração de tabela de vencimentos ou elevação da GAJ**, que permitisse alcançar, pelo menos, a recomposição das perdas já ocorridas até janeiro de 2021 e estimadas para ocorrer em 2022.

Assim, a **FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO**



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – FENAJUFE

propõe a elaboração de anteprojeto de Lei contemplando reestruturação das Carreiras do Poder Judiciário Federal, assegurando reajuste no percentual de **14,74%**, com efeitos financeiros a partir da data da sua publicação.

Essa reestruturação, resultando em correção da ordem de **pelo menos 14,74%**, teria caráter provisório, sem prejuízo da retomada de negociações, a partir de 2023, com o fim de buscar uma solução mais abrangente e completa, do ponto de vista da equiparação remuneratória.

Respeitosamente,

Charles da Costa Bruxel

Coordenador de Políticas
Permanentes

Roberto Policarpo Fagundes

Coordenador de Administração e
Finanças

Fabiano dos Santos

Coordenador Geral

Lucena Martins Pacheco

Coordenadora de Imprensa e Comunicação

Leopoldo Donizete de Lima

Coordenador Jurídico e Parlamentar

Thiago Duarte Gonçalves

Coordenador de Formação Política e
Organização Sindical